

Ata da assembleia ordinária virtual do Conselho Municipal de Educação. Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, após prévia convocação, reuniram-se virtualmente os membros do Conselho Municipal de Educação, para a realização da sessão ordinária. Participaram da assembleia os conselheiros: Lara Seneme Ferraz, Letícia Silveira, Daniela Evangelista, Rosicléia Lomes, Priscilla Carminato, Aline Cavalheiro, Antonio Carlos Esse, Mirtes Carion. Justificou ausência a conselheira Silvana Silva. A senhora presidente iniciou a sessão, dando boas-vindas a todos. Em seguida falou sobre os assuntos da pauta, sendo: a) Leitura e aprovação da ata do dia 17/06/2020; b) E-mail do CME; c) Protocolos gerais d) Regimento Interno do CME. A senhora presidente iniciou fazendo a leitura da ata da reunião de 07/07/2020. Após a leitura da ata falou em sua defesa quanto as acusações realizadas pela conselheira Rosicléia Lomes, em e-mail enviado aos membros do conselho. Em seguida, solicitou a conselheira que se retratasse diante das acusações feitas sem fundamento à senhora presidente. A conselheira Rosicléia falou que não se retrataria das palavras feitas em documento, reforçando sua fala anterior e, solicitou que as atas sejam feitas de forma fidedignas, disse ainda para senhora presidente que, como funcionária da educação tem um grande apreço, qual desempenha várias funções dentro da secretaria, porém, a sua conduta quanto ao conselho está deixando a desejar, onde relatou que faz um ano e quatro meses que solicita documentos perante este conselho e não foi atendida, solicitou mais transparência, e disse que administração tem que se pautar na impessoalidade, falou que em nenhum momento está sendo pessoal, mas através das atitudes que levaram a fazer o documento, e externou sua indignação quanto ao descaso da educação municipal por parte da inclusão para com o seu filho, da qual teve que aguardar a cinco anos à espera de um professor, e questionou o que foi feito quanto secretaria. A senhora presidente, no uso da palavra disse que está como membro do conselho e presidente, e não como funcionária da secretaria, que qualquer situação ou solicitação que venha a ser feito, em nome do conselho será tratado pelo conselho, e como funcionária da secretaria ela tem uma chefe acima da qual é subordinada, e que qualquer questionamento será encaminhado para a secretária. Dando continuidade, a senhora presidente falou que o assunto seria registrado em ata, e que a reunião estava sendo gravada, e tudo que havia falado até o momento, apenas ansiava por uma retratação. Prosseguindo, a senhora presidente falou ao colegiado que, diante da ata enviada para análise, gostaria que se manifestassem quanto a aprovação do documento, tendo em vista a solicitação da Promotoria de Justiça, do envio da mesma para juntada na representação protocolada pelo requerente D.A.A. Após algumas discussões em relação a ata enviada para análise do conselho, o colegiado decidiu que fosse enviado a gravação da reunião para que fizessem os apontamentos e reformulações necessárias na escrituração da ata enviada pela presidente para análise. Diante das discussões a respeito do assunto, o conselheiro Antonio Carlos falou sobre os direcionamentos das reuniões do CME, uma vez que as reuniões estão perdendo o intuito de um conselho e principalmente o de educação, por se tratar de profissionais da área. Falou ainda que algumas situações

desagradáveis presenciadas o fizeram concluir que o grupo precisa dar rumos diferentes às reuniões. Em seguida a senhora presidente agradeceu a manifestação do conselheiro e solicitou a todos para que contribuíssem com assuntos e sugestões de forma de apoio aos trabalhos do conselho. As conselheiras Mirtes e Rosicléia propuseram maior transparência nos atos do conselho, o compartilhamento de todas informações e protocolos como medida de evitar distorções e intervenções necessárias para sanar impasses. A presidente ressaltou que com seu trabalho junto à Secretaria procurava sempre que possível trazer informações que pudessem contribuir, mas que não dependia apenas dos seus esforços, que muitos dos protocolos tramitavam por outros setores, por essa razão a morosidade no atendimento. Continuando a pauta, falou-se sobre o Plano de Trabalho da APAE-Ibaté, onde foi enviado à instituição um ofício com apontamentos feitos pela conselheira Rosicléia, referentes ao atendimento dado aos alunos da educação especial do município. Em resposta ao ofício a instituição manifestou-se quanto ao atendimento, e o uso de recursos públicos repassados à instituição para fins de cobertura de despesas com a Manutenção do Ensino, previstas no Plano de Trabalho apresentado, que está sendo analisado para fins de aprovação pelo colegiado. A conselheira Rosicléia relatou que o Plano precisa ser melhor analisado, diante de inconsistências por ela levantada, tais como: - número de alunos apontados no plano, não está em conformidade com o Projeto Político Pedagógico; - o documento não mensura o número de alunos e percentuais a ser atendidos pelos repasses do Fundeb (número de alunos censo escolar x fator de ponderação); em vários trechos do Projeto Político Pedagógico é mencionado o nome de outro município “Matão”. Após algumas discussões acerca do assunto, a senhora presidente pediu aos membros que fizessem a análise da devolutiva dada pela APAE, e ainda ressaltou que mais importante que o documento Plano de Trabalho, seria o acompanhamento das prestações de contas dos repasses efetuados, com a finalidade de comprovação da real aplicação dos recursos. Finalizando o assunto, ficou decidido que abordariam na próxima reunião a questão, sendo solicitado pela conselheira Rosicléia que atentassem para a questão do cumprimento dos artigos 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, bem como, o direito da dupla matrícula de alunos da rede regular e na instituição APAE., como forma de garantir a preservação dos direitos e atendimentos dados à pessoa com deficiência. Prosseguindo, a senhora presidente falou da criação de um e-mail do CME com a finalidade de receber informações, críticas, sugestões e apontamentos. Continuando a pauta, falou sobre os protocolos do CME, sendo: - Protocolo recebido da Promotoria de Justiça de Ibaté, por e-mail, no dia 05/06/2020, Ofício 106/20 – requisitando informações sobre a existência do recebimento da representação pelo CME, destinada a apurar irregularidades na aplicação das verbas da educação. A senhora presidente lembrou que tomou conhecimento do ofício da PJI no dia 19/06/2020 e que já havia dado a devolutiva quanto ao recebimento da representação, a qual foi mencionada na reunião do dia 17/06/2020, aguardando o protocolo físico para disponibilizar ao colegiado. Ainda sobre a reunião, a senhora presidente ressaltou que realizou junto a Prefeitura o Protocolo nº 2.078, em 19/06/2020,

onde solicitou informações quanto ao protocolo do requerente, bem como a reiteração dos protocolos nº 1.183/19, 2.581/19, 805/20 e 951/20. Para dar encaminhamentos as solicitações do senhor D.A.A, a senhora presidente solicitou aos membros que realizassem a análise dos apontamentos, verificando se as despesas mencionadas poderiam ser consideradas como manutenção do ensino, e seriam deliberadas em reunião posterior. Foram solicitados ainda documentos complementares para análise, como, contratos e notas fiscais, que serão solicitadas pela senhora presidente. Foram discutidos pelo colegiado, a morosidade e entraves na prestação de informações solicitadas e a inviabilidade dos trabalhos do CME, diante da lentidão no atendimento dos protocolos. Então a senhora presidente falou dos esforços no sentido de buscar informações, mas que também dependia do empenho de outros setores, cabendo a ela realizar os protocolos. Dando continuidade a senhora presidente falou sobre o Ofício n. 10/2020, encaminhado por e-mail em 30/06/2020 à Dirigente Regional de Ensino, solicitando indicação de novos membros para compor o conselho e que até a presente data não teve resposta. Em contato com a Diretoria de Ensino, foi informado que estão com o expediente reduzido. Em seguida a conselheira Rosicléia questionou a forma de avaliação dos alunos da rede municipal no período de aulas não presenciais, uma vez que fora procurada por mães que se queixavam da sobrecarga de conteúdos e da falta de suporte e orientação aos professores. Falou ainda que já havia questionada a senhora Secretária de Educação dos critérios de avaliação neste período, e mesmo sendo informada pela mesma que as avaliações não teriam cunho classificatório, gostaria de esclarecimentos por parte da Secretária de como estão dando direcionamento ao assunto. O colegiado fez algumas explanações sobre o assunto que será abordado num momento posterior, até porque o assunto não estava na pauta de reunião. Para finalizar, a senhora presidente falou sobre os estudos para reformulação e/ou adequação do Regimento Interno do CME, onde havia solicitado ao grupo que coletassem materiais para tal fim, porém, devido a grande demanda de trabalhos a senhora presidente não pode se aprofundar no assunto, nem tão pouco os membros do conselho, ficando decidido que tratariam o assunto em reuniões futuras. Então, nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, na qual será lavrada ata e posteriormente assinada pelos presentes. Ibaté, sete de julho de dois mil e vinte.